

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Autoridade da Concorrência tem vindo a condenar um conjunto de empresas de manutenção da infraestrutura ferroviária por cartelização. Estas empresas concertaram a apresentação de propostas acima do preço-base de um concurso lançado pela Infraestruturas de Portugal (IP), com o objetivo de levar esta última a pagar um valor superior ao que tinha estipulado para o concurso, e noutros casos combinaram repartir entre si os lotes a concurso, sempre em prejuízo dos recursos públicos.

Este processo reflete um problema grave, mesmo que a investigação se reporte a um conjunto limitado de situações, e ainda possa envolver um longo processo de litigância judicial para alargar a todos os infractores as multas já aplicadas a quem admitiu a participação no processo de cartelização.

O problema é real, está generalizado, e não terá solução através deste tipo de medidas - que são uma gota num oceano e tendem a ser incorporados como um custo pelos grupos privados. A única medida efectiva que defende o interesse público é a reconstrução da capacidade pública de resposta às necessidades da manutenção das infraestruturas ferroviárias, acabando com a total dependência externa do Estado para uma actividade que lhe é estratégica.

Paralelamente, a prática da contratação pública tem demonstrado que a cartelização é apenas um dos problemas do modelo adoptado. O adiamento de inúmeras obras, o atraso de tantas outras, a falta de qualidade de muitas das intervenções, são outras das consequências conhecidas, agravadas sempre pela incapacidade pública de sequer fiscalizar o que adjudica, mas exigindo uma mudança de modelo.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação tem o Governo sobre o impacto nas contas públicas da quase total dependência de entidades externas para a manutenção das infraestruturas ferroviárias nacionais?
2. Que medidas vai o Governo tomar para reconstruir a capacidade pública de manutenção das infraestruturas ferroviárias nacionais?

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2019

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)